



Regional Campinas do SindusCon-SP apresentou o maior recuo

Regional Campinas do SindusCon-SP lidera queda de empregos

A regional Campinas do SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo), cuja sede é em Campinas, apresentou o maior recuo entre as 11 regionais no mês de maio, com o fechamento de 1.352 postos formais de trabalho, resultado de 4.217 admissões e 5.569 demissões. A regional engloba os 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas, dispõe de 101,7 mil vínculos formais e acumula alta de 2,7% no ano. No estado, seis das 11 regionais encerraram o mês com saldo negativo, embora todas registrem crescimento acumulado no ano, somando 841 mil trabalhadores com CLT. Na capital, o mercado registrou saldo positivo de 119 empregos e 374 mil trabalhadores formais, sendo 160,8 mil em serviços especializados, 119 mil em edificações e 94,3 mil em infraestrutura, acumulando 4,8% no ano.

FGV e Caged

O levantamento mensal é realizado pela ferramenta online do SindusCon-SP em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas), utilizando dados do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego, com série histórica desde 2021 para acompanhamento de saldos, estoques e variações nos períodos mensal, anual e acumulado de 12 meses.

RONCONGRACACOM



O Diretor Regional Campinas Marcio Benvenuti, do SindusCon-SP

Queda isolada

“A desaceleração pontual de maio reflete o encerramento natural de etapas em algumas obras do interior. Acreditamos que isso seja uma acomodação do mercado, não uma retração estrutural. O crescimento de 2,7% no acumulado deste ano comprova a solidez da construção civil e a força da região. Seguimos atentos aos custos de insumos e taxas de juros, mas os investimentos em novos lançamentos sustentam nosso otimismo”, afirma o Diretor da Regional Campinas do SindusCon-SP Marcio Benvenuti.

Maior da América Latina

O SindusCon-SP representa a maior associação de empresas do setor na América Latina, congregando 300 construtoras associadas e representando 50 mil empresas de construção residencial, industrial, comercial, infraestrutura e habitação no estado de São Paulo, atuando através da sede e de nove diretorias regionais.

PINGA-FOGO

O estrangeiro

A vereadora Debora Palermo (PL), principal nome do partido em Campinas, faz coro à sigla. “A régua da Justiça brasileira parece ter vida própria: quando Lula estava preso, escrevia cartas, recebia visitas dignas de chefe de Estado e dava entrevistas, sob olhar complacente do Judiciário. Já Bolsonaro, não pode sequer mandar uma carta ou receber a família”.

Os miseráveis

A declaração reflete a insatisfação de parlamentares de direita com as decisões judiciais aplicadas ao ex-presidente. Em pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a oposição classifica a carta Bolsonaro, lida pelo filho Flávio, nas redes sociais, como “correspondência familiar”.

O processo

O documento foi assinado pelo líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto (PL), formalizando o questionamento do grupo contra a conduta do magistrado no caso em questão. A representação acusa Moraes de cometer crime de responsabilidade ao suspender as visitas de Flávio a Bolsonaro pelo período de 90 dias após a leitura pública.

Do espírito das leis

Em Campinas, Debora Palermo é o principal nome do PL, sendo inclusive a aposta do partido à Alesp, e, assim como a oposição, sustenta que a medida tomada pelo ministro ultrapassa os limites legais e atinge prerrogativas de familiares do ex-presidente, além de impactar a atuação dos parlamentares envolvidos na divulgação do texto original.

Crime e castigo

Na decisão, o ministro sustentou que a leitura da carta representava uma violação à medida cautelar que proíbe Bolsonaro de usar redes sociais. A avaliação indica que o envio e posterior transmissão pública do texto funcionaram como mecanismo para contornar as determinações impostas pela Justiça.

As vinhas da ira

Para o PL, representado em Campinas pela vereadora, Moraes teria cometido abuso de poder e quebra dos deveres de imparcialidade e isonomia. Para a sigla, as sanções aplicadas comprometem garantias constitucionais básicas e o tratamento isonômico garantido pela legislação do país.



Ricardo Molina, perito criminal que atuou no caso da morte de PC Farias

CP aceita Ricardo Molina, perito de PC Farias, na defesa de Vini

Comissão pedirá à imprensa vídeos em que vereador sai de viação com malote

Por **Raquel Valli**

A Comissão Processante responsável por apurar possíveis infrações político-administrativas do vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) deferiu a habilitação do perito criminal em fonética forense Ricardo Molina para atuar como assistente técnico da defesa do parlamentar. Molina foi quem analisou áudios no caso PC Farias e apontou falhas nas investigações.

A defesa de Vini sustenta que as imagens que mostram o vereador saindo da empresa de ônibus Smile Transporte, em Paulínia, com um malote suspeito, foram editadas pela TV Record, que as divulgou e que, por isso, não serviriam de prova.

Além disso, a CP informou que, após a recusa do Ministério Público de compartilhar os vídeos, que a comissão os solicitará à emissora. Além do pacote, a gravação mostra áudios suspeitos na reunião realizada entre o vereador e executivos da empresa. A medida abrange a Record e os órgãos de mídia que veicularam trechos do registro em reportagens. Ainda de acordo com a comissão, o pedido estabelece a entrega do arquivo na íntegra, sem edições, cortes ou efeitos visuais de desfoque o

rostro dos demais presentes.

Caso os veículos de imprensa forneçam os registros audiovisuais solicitados, a comissão garantirá o acesso ao material tanto à defesa de Vini quanto ao assistente técnico nomeado, permitindo a manifestação formal das partes no processo, informa a nota.

“O papel da CP deve ser exatamente este: seguir atuando para reunir provas e esclarecer os fatos. Após a negativa do MP em conceder o acesso aos vídeos, reforcei que a Comissão deveria buscar outras formas de obter os vídeos na íntegra. Vou seguir acompanhando e espero que a imprensa forneça esses materiais. A população de Campinas precisa ter acesso aos fatos”, afirma a vereadora Mariana Conti (PSol-SP), quem denunciou o caso e solicitou a abertura da comissão.

O cronograma dos depoimentos segue agendados. Os das seis testemunhas indicadas por Conti estão marcados para 3 de agosto. Já as oitivas das testemunhas arroladas pela defesa, assim como do próprio Vini, serão em 4 de agosto. Os depoimentos serão dados no Plenarinho da Casa de Leis, com acesso aberto ao público e transmissão ao vivo pela TV Câmara Campinas.